



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Site: A Província

Data: 21-04-08 (segunda-feira)

Link: <http://www.aprovincia.com/padrao.aspx?conteudo.aspx?idContent=44340>

Assunto: Piracicaba no Centro da Guerra Mundial do Etanol

Piracicaba no Centro da Guerra Mundial do Etanol

Uma nova guerra mundial foi declarada, contando com a participação de atores de peso como Banco Mundial, FMI e ONU, e Piracicaba está bem no centro dessa conflagração. É a guerra do etanol e de outros biocombustíveis, apontados por aqueles órgãos, entre outros críticos, como responsáveis pela alta mundial dos alimentos, fonte de várias mobilizações populares contra a fome em diversos pontos do planeta. Como parte muito interessada na polêmica, Piracicaba deve acompanhar bem de perto essa discussão que, como toda guerra, não tem data para terminar.

Aquecimento global - O pano de fundo da controvérsia é o elenco de alternativas que o conjunto dos países deve encontrar para combater o aquecimento global. Como se sabe, somente no século 20 as temperaturas globais aumentaram em média em cerca de 0,7 graus centígrados. Pode parecer pouco, mas é muito para alterar o equilíbrio climático global. As temporadas cada vez mais fortes de furacões e temporais em algumas partes do mundo, e de secas intensas em outras, são a constatação cabal dos efeitos do aquecimento global.

O superaquecimento das temperaturas por causas antrópicas, ou seja, por ações humanas, é derivado do uso intensivo de combustíveis fósseis, sobretudo aqueles originários do petróleo e carvão. Pelo uso excessivo desses combustíveis durante a Era Industrial (últimos dois séculos), a concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera aumentou de 280 para os atuais 380 partes por milhão (ppm) em duzentos anos. É um aumento espetacular, considerando que em um período de 400 mil anos, segundo várias datações de gelo (realizadas com técnicas e recursos científicos ultra-sofisticados), a presença de carbono nunca ultrapassou 300 ppm.

Claro está que o planeta precisa encontrar, e urgentemente, novas fontes energéticas para substituir os derivados de petróleo e outros combustíveis fósseis. Pois, no ritmo de uso atual daqueles combustíveis, a estimativa do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) é de elevação da concentração de carbono para 450 ou 480 ppm até a segunda metade do século 21, o que elevaria as temperaturas em até 2 graus centígrados, com conseqüências potencialmente catastróficas como a elevação do nível dos oceanos.

O papel do Brasil – Neste cenário de enormes desafios, pois o prazo para se encontrar alternativas energéticas está se esgotando (para muitos já foi ultrapassado, restando apenas atenuar os prejuízos), o Brasil se apresenta como vilão e como herói. Vilão, de um lado, porque a grande fonte de emissão brasileira de gases-estufa (os gases que contribuem para agravar o efeito-estufa derivado do aquecimento global) é o desmatamento da Amazônia. Cerca de 17% da Amazônia já foram desmatados.

Por outro lado, o Brasil tem diante de si enormes oportunidades para liderar uma transformação global na área energética. Mais de 80% da energia elétrica brasileira são produzidos a partir da energia hidráulica, que é uma fonte de energia renovável e muito menos poluente. As fontes hidráulicas são responsáveis, em média, por 16,3% da eletricidade mundial, o que confirma a liderança brasileira nesse campo.

Outra vantagem comparativa é a infraestrutura e o avanço tecnológico que o Brasil alcançou em termos da produção de biocombustíveis, sobretudo no caso do etanol a partir da cana-de-açúcar. Os biocombustíveis, de forma geral, são muito menos poluentes do que os derivados de petróleo e outros combustíveis fósseis.

O Brasil já produz mais de 15 bilhões de litros anuais de álcool (dos 25 bilhões de litros anuais usados para fins energéticos em todo planeta), em função de sua área plantada com cana-de-açúcar e de um parque industrial integrado por mais de 350 usinas de álcool. A estimativa é a de que, na safra de 2008, pelo menos 30 novas usinas entrem em operação, elevando o potencial de produção de etanol para cerca de 24 bilhões de litros. Desde 2005 já foram inauguradas aproximadamente 50 novas usinas de álcool no Brasil, com grande e cada vez mais acentuada participação de investidores estrangeiros.

A grande pergunta que aparece aqui, e que está no cerne da guerra do etanol, é a seguinte: em que medida essa expansão do etanol no Brasil pode afetar a produção de alimentos e/ou provocar impactos ambientais? A pergunta tem sentido, considerando episódios da história da produção de álcool no Brasil (como no caso das queimadas, do uso de mão-de-obra em condições degradantes e substituição de outras culturas pela cana).

Entretanto, com os avanços tecnológicos alcançados pelo setor, e com o próprio salto da consciência sócio-ambiental e da legislação, o Brasil parece estar muito melhor preparado, agora, para potencializar a sua infraestrutura de produção do etanol, considerando-se de modo consistente questões éticas e de responsabilidade social e ambiental que compõem o imperativo da sustentabilidade. Mas a guerra do etanol foi deflagrada.

A guerra das palavras - A grande querela da “guerra do etanol” acontece basicamente em termos do impacto da produção de biocombustíveis no preço dos alimentos, na medida em que áreas destinadas originalmente para o plantio de culturas alimentares estariam ou poderiam ser substituídas por culturas destinadas à produção de biocombustíveis.

Uma das primeiras vozes de peso na comunidade internacional a levantar essa questão foi o ex-presidente de Cuba, Fidel Castro – que neste caso se alinhou, portanto, com Banco Mundial e FMI. Em artigo publicado em abril de 2007, no “Granma”, Fidel protestou contra o que chamou de “internacionalização do genocídio”, como

qualificou a iniciativa do governo norteamericano de produção de biocombustíveis em grande escala, em detrimento, segundo o líder cubano, do plantio de alimentos. E isso na véspera do encontro entre os presidentes George W. Bush e Luiz Inácio Lula da Silva, em Camp David, que tratou justamente do tema.

O artigo de Fidel ensejou um texto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no jornal 'Washington Post', lembrando que "menos de um quinto dos 340 milhões hectares de terras aráveis do Brasil é utilizado para colheitas", enquanto a área plantada com cana é de cerca de 7 milhões de hectares atualmente. O avanço do plantio da cana, pontuou Lula, acontece justamente em áreas de pastagem, e não em áreas de proteção ambiental.

O uso progressivo da mecanização, no lugar do corte utilizando-se as queimadas e a mão-de-obra em condições inadequadas, é outro elemento apontado pelos defensores do incremento da produção de etanol no Brasil – se bem que, para muitos, o ritmo dessa substituição poderia ser bem mais rápido. Sem falar, obviamente, no impacto em termos de substituição de combustíveis que agravam o aquecimento global, lembrando que o Brasil é, ainda, pioneiro no automóvel flex.

Apesar dos argumentos do governo brasileiro, multiplicaram-se nos últimos dias as vozes críticas aos biocombustíveis em geral e etanol em particular, pelos seus eventuais efeitos nas altas mundiais dos preços de alimentos. Altas que poderiam levar a situações críticas em segurança alimentar em vários países que já convivem com graves problemas de fome e desnutrição, como muitos africanos.

No começo deste mês de abril de 2008, por ocasião da reunião conjunta do Banco Mundial (Bird) e Fundo Monetário Internacional (FMI), a controvérsia esquentou. Segundo o presidente do Banco Mundial, Robert B. Zoellick, a crise provocada pelo aumento do preço dos alimentos poderia significar uma "perda de sete anos" na luta contra a pobreza no mundo, se referindo às metas do milênio, que deveriam ser cumpridas até 2015.

Foi divulgado na época o relatório "Rising Food Prices: Policy Options and World Bank Response" (Aumento do preço dos alimentos: Opções em matéria de políticas e resposta do Banco Mundial), sustentando que os aumentos nos preços internacionais do trigo, por exemplo, alcançaram 181% no período de 36 meses concluído em fevereiro de 2008. O documento culpa o incremento da produção de biocombustíveis como uma das causas das altas mundiais nos preços de alimentos.

No dia 14 de abril foi a vez do relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler, defender que a produção em massa de biocombustíveis significa um crime contra a humanidade por seu impacto nos preços mundiais dos alimentos.

É verdade que, a 20 de abril, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, jogou um pouco de água na fervura, ao afirmar que não é o etanol, mas são as políticas agrícolas dos países ricos e a elevação do preço do petróleo as grandes causas das altas de alimentos. No mesmo dia o presidente Lula, em viagem ao continente africano, solicitou à ONU que promovesse um estudo definitivo sobre a situação atual e perspectivas dos alimentos no mundo.

Com certeza o governo brasileiro quer comprovar, de uma vez por todas, que o avanço do etanol da cana, se feito de forma apropriada, não tem impacto no aumento dos alimentos. Existe a situação específica dos Estados Unidos, onde etanol é produzido a partir do milho, mas não é o caso do Brasil.

De fato, o governo brasileiro vem tratando do tema como questão estratégica e, até mesmo, de segurança nacional, considerando a importância da energia para o desenvolvimento. Recentemente foi inaugurada em Campinas a nova sede da Embrapa Monitoramento por Satélite, que lançou uma Rede Social de Colaboração, Conhecimento e Negócios em Agroenergia, justamente para fortalecer a expansão da agroenergia, baseada em três eixos principais: a cana-de-açúcar (etanol, co-geração de energia elétrica e álcoolquímica), as diversas plantas oleaginosas (biodiesel, Hdiesel e diesel verde) e as florestas energéticas (lenha, carvão e subprodutos da madeira), além da utilização de resíduos e subprodutos. A nova sede da Embrapa Monitoramento por Satélite, que mantém estreita colaboração com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, está localizada em terreno cedido pelo Exército brasileiro.

Piracicaba no centro - Por seu papel histórico no Programa Nacional do Álcool (Proálcool), e no momento atual de expansão da produção de etanol, Piracicaba tem muito a ver com essa guerra mundial. A produção de destilarias pela Codistil, as pesquisas desenvolvidas pela Copersucar e na Esalq, profissionais altamente gabaritados no setor, a presença de usinas e grandes áreas plantadas com cana - tudo isso, entre outros fatores, confirmou Piracicaba como um dos pólos nacionais, e por que não do mundo, em etanol da cana. E a inauguração do Pólo Nacional de Biocombustíveis na cidade apenas ratificou essa vocação, incluindo outras culturas para a produção de biocombustíveis.

Pois esses mesmos protagonistas têm agora a oportunidade histórica de ajudar o Brasil a comprovar que pode produzir mais etanol sem destruir o meio ambiente (por exemplo, reduzindo drasticamente o uso das queimadas nos canaviais e evitando o uso impróprio dos recursos hídricos), e sem contribuir para violações de direitos humanos ou agravamento de questões sociais como o aumento da fome (com a previsão de áreas exclusivamente para plantio de alimentos, entre outras medidas). Fazendo isso, Piracicaba pode dar enorme contribuição aos esforços globais contra o aquecimento global e na luta contra a fome e a miséria, assim como já tem feito no caso da luta pela despoluição e proteção das águas, outro grande desafio planetário no século 21.